

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS E DOS SISTEMAS
ESTUARINOS E ZONA COSTEIRA - CTCOST
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
ATA DA 6ª REUNIÃO**

Datas: 30 e 31 de outubro de 2006.

Local: Secretaria de Recursos Hídricos/MMA, Brasília/DF.

REPRESENTANTES:

- Ministério dos Transportes: Paulo Ho (paulo.ho@transportes.com.br)
- Ministério do Meio Ambiente – SRH: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Luciano Meneses Cardoso da Silva (lmeneses@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – SQA: Ademilson Zamboni (ademilson.zamboni@mma.gov.br)
- Ministério de Minas e Energia: Christina Elizabeth P. de Vasconcelos (christina@mme.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional: José Luiz Miranda de Almeida (joseluizmiranda@yahoo.com.br)
- Ministério da Ciência e Tecnologia: Maria Cordélia Soares Machado (mmachado@mct.gov.br)
- Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: não compareceu
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – ES/MG: Robson Monteiro dos Santos (rmsantos@iema.es.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – RJ/SP: não compareceu
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – BA/CE: Eduardo Farias Topazio (efarias@srh.ba.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – SE/PI: Renilda Gomes de Souza (renilda@seplantec.se.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – PR/MT: Paulo Roberto Castella (pcastella@sema.pr.gov.br)
- Usuário/Indústria: Marco Antonio Ramos Caminha (mcaminha@fiesp.org.br)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Rosa Maria Mancini (cbhln@pratica.com.br)
- Organizações Não-Governamentais: Andréa Paula de Carestiatto Costa (acarestiatto@uol.com.br)
- Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Luiz Fernando Cybis (lfcybis@iph.ufrgs.br)

CONVIDADOS:

- Alessandra Daibert Couri (ANA) – aledaibert@ana.gov.br
- Fernando Ramos Mendes (MME) – fernando.mendes@mme.gov.br
- Gabriel Carneiro Torres Rêgo (FONASC) – gabrielctr@yahoo.com.br
- Gilberto Fonseca Barroso (UFES/ES) – gfbarroso@gmail.com
- Helenize Fernandes (Min. Turismo) – helenize.fernandes@turismo.gov.br
- João Luiz Nicolodi (SQA/MMA) – joao.nicolodi@mma.gov.br
- Luisa Luz Kuramoto (FONASC) – luz.luisa@gmail.com
- Maria Carolina Hazin (MMA) – maria-carolina.hazin@mma.gov.br
- Maria de Fátima Araújo Paiva (Codevasf) – maria.paiva@codevasf.gov.br
- Mário Cesar B. de Oliveira (SQA/MMA) – mario-cesar.oliveira@mma.gov.br
- Oneida Freire (Ministério do Turismo) – segmentos@turismo.gov.br
- Patrícia Rejane Gomes Pereira (SRH/MMA) – patricia.pereira@mma.gov.br
- Tarcisio Alves de Oliveira (Marinha do Brasil) – tarcisio@ema.mar.mil.br
- Yeda Virgínia Barbosa (Min. Cidades) – yeda.barbosa@cidades.gov.br

RELATORIA:

- Rachel Landgraf de Siqueira – SRH/MMA – Tel: (61) 4009-1007 (rachel.siqueira@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

No dia 30 outubro de 2006, com início às 10h, a Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira – CTCOST do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH iniciou a realização de sua 6ª reunião em Brasília/DF, convocada há 12 dias, sob a presidência da Sra. Rosa Maria de Oliveira Machado Mancini, tendo como relatora a Sra. Rachel Landgraf de Siqueira, da Secretaria Executiva do CNRH. Dia 30: Item 1 – 2ª reunião do Grupo de Trabalho “Base Territorial” e 4ª reunião do Grupo de Trabalho “Planos de Recursos Hídricos”: Ao longo do dia, os integrantes dos dois GTs debateram, em conjunto, a 1ª versão da proposta de Resolução que, inicialmente, estabelecia que os Planos de Recursos Hídricos a serem elaborados para as Bacias Hidrográficas, cujos corpos de água afluem para o mar ou que deste sofram influência, deverão ser desenvolvidos em harmonia com as diretrizes de gestão costeira para a região, e deverão ser elaborados de forma integrada com os demais instrumentos da política ambiental. Os resultados do debate foram relatados no dia seguinte, conforme item 4 desta ata. Dia 31: Item 2 – Aprovação da minuta de ata da 6ª reunião: A ata da 6ª reunião da CTCOST foi aprovada, após sugestão de uma alteração na linha 136 da minuta. Item 3 – Informes gerais: 1- A Sra. Maria Carolina Hazin convidou a todos para participarem dos Seminários “Revisão de Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade na Zona Costeira e Marinha”, que aconteceriam em novembro e dezembro deste ano. O evento faria parte do

64 processo de atualização de dados, em conformidade com o Decreto nº 5.092/2004 e com a Portaria MMA nº
65 126/2004. Os seminários contariam com a participação de representantes do governo, setor acadêmico, setor
66 empresarial, ONGs e movimentos sociais, comunidades tradicionais e indígenas. A metodologia básica para
67 atualização das áreas prioritárias foi discutida e aprovada pela CONABIO – Comissão Nacional de
68 Biodiversidade. O Ministério do Meio Ambiente disponibilizaria na *internet* (www.mma.gov.br), com 10 dias de
69 antecedência aos encontros, os subsídios e as informações que seriam utilizados para orientar as discussões
70 durante os seminários. A Sra. Carolina repassaria o convite a todos por *e-mail*. 2- A Sra. Andréa Carestiatto
71 comentou sobre reunião da Unidade Executiva do Projeto Aquífero Guarani, ocorrida em Montevideo/Uruguai, de
72 18 a 20 de outubro deste ano, quando houve uma oficina de planejamento de gestão. Um dos assuntos abordados
73 foi a previsão de uma discussão futura sobre gestão na zona costeira, principalmente no Uruguai – o país possui,
74 no segmento Turismo, a utilização de águas termais. Outro tema apresentado foi Gestão Integrada, inclusive com
75 o informe dos trabalhos da CTCOST, um exemplo de atuação brasileira para os demais três países (Argentina,
76 Paraguai e Uruguai). Em alguns dias, um relatório desta oficina estaria disponível em www.sg-guarani.org. Outro
77 informe foi a participação das ONGs no evento ocorrido na China (IGR2 – 2ª revisão do Programa global de ação
78 para a proteção do ambiente marinho frente às atividades baseadas em terra), o qual foi detalhado a seguir pelo Sr.
79 Ademilson Zamboni. Enfatizou que essa participação foi um avanço, pois o entendimento mundial é que ONG e
80 Movimento Social são a mesma coisa, diferentemente no Brasil. Considera uma lição que o País está dando ao
81 planeta, nos aspectos político, social e de representatividade. 3- O Sr. Ademilson Zamboni fez um relato da
82 participação do Brasil na reunião ocorrida em Beijing/China, de 16 a 20 de outubro deste ano, que tratou da 2ª
83 revisão do “Programa global de ação para a proteção do ambiente marinho frente às atividades baseadas em terra
84 – GPA”. Inicialmente, historiou a trajetória do programa: programa ligado às Nações Unidas, PNUMA, e que
85 possui um escritório que o gerencia em Haia/Holanda. Existem vários fundos que apoiam o GPA, contudo não
86 está vinculado a nenhum acordo ou tratado entre nações, ou seja, não há o compromisso legal entre países para
87 executá-lo. É um “programa meio”, não tem o objetivo de financiar ações finalísticas que promovam o controle
88 das fontes de poluição em terra que causam efeitos no ambiente marinho. Tem o papel de movimentar “essa idéia”
89 e promover o avanço do comprometimento de países com a proteção do ambiente marinho. Em 2001, em
90 Montreal/Canadá, houve uma primeira avaliação dessa iniciativa, quando o Brasil apresentou um Plano Nacional
91 de Ação para o Programa, baseado no roteiro disponibilizado pelo PNUMA. A experiência de ação brasileira foi
92 focada na porção Atlântica Sudoeste Superior, fazendo a correlação com os programas existentes no Brasil na
93 época. A 2ª revisão do programa buscou verificar como os países avançaram diante seus planos nacionais e, diante
94 do quadro visualizado, foram definidas outras metas para o programa e como apoiar os países que estavam
95 entrando no projeto. Sobre a atuação da delegação brasileira noticiou as apresentações: avanços do Plano
96 Nacional; plataforma de cooperação com os países de língua portuguesa; e existência da CTCOST, quando
97 verificou que o Brasil está sendo considerado como um dos líderes na implementação do processo de integração
98 das políticas em questão. Os resultados do encontro na China poderiam ser obtidos em: www.unep.org/IGRZ
99 (apresentação anexa). Após os informes, a Sra. Rosa Mancini fez um balanço dos trabalhos da CTCOST com o
100 objetivo de situar os novos integrantes nas atividades da Câmara e direcionar os debates a um plano de trabalho
101 para o próximo ano. Foi comentada a dificuldade para a criação da CTCOST – pelo não amadurecimento do tema
102 “integração”, e a forma positiva com que os grupos de trabalho desenvolvem suas tarefas, com perspectiva de
103 consulta nacional, imprescindível para o alcance do reconhecimento que política integrada é possível. A CTCOST
104 exercita algo inovador. Foi sugerida a presença da presidente da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos,
105 Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR/CNRH, Leila Gomes, com o intuito de ouvir o relato de todo
106 o trâmite para a aprovação da proposta a qual “estabelece diretrizes de articulação dos procedimentos para
107 obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os procedimentos de licenciamento ambiental”,
108 encaminhada à próxima plenária de 07/12/2006. O convite deveria ser formulado para a primeira reunião da
109 CTCOST de 2007. Item 4 – Relato dos Grupos de Trabalho “Planos de Recursos Hídricos” e “Base Territorial”,
110 seguidos de debate e análise da 1ª versão da proposta de Resolução que, inicialmente, estabelece que os Planos de
111 Recursos Hídricos a serem elaborados para as Bacias Hidrográficas, cujos corpos de água afluem para o mar ou
112 que deste sofram influência, deverão ser desenvolvidos em harmonia com as diretrizes de gestão costeira para a
113 região, e deverão ser elaborados de forma integrada com os demais instrumentos da política ambiental: O Sr.
114 Luciano Meneses relatou que, durante a análise da 1ª versão da proposta de Resolução, feita pelos dois grupos e
115 ocorrida no dia anterior, foi percebida a necessidade de uma mudança de rumo nos trabalhos. A apresentação de
116 algumas formas de atuação de outros países, feita pelo professor Gilberto Barroso, da Universidade Federal do
117 Espírito Santo, trouxe luz às discussões que até então estavam direcionadas a uma única proposta de Resolução, a
118 qual continha um texto que, na verdade, não estava satisfazendo as expectativas de contemplar as duas vertentes:
119 que tivesse uma proposta de base territorial comum, em que os dois sistemas de gerenciamento (recursos hídricos
120 e costeiro) pudessem atuar conjuntamente, e que tivesse as indicações para as alterações necessárias que
121 considerassem a preocupação com a zona costeira, nesse caso nos planos de recursos hídricos. O Sr. João Nicolodi
122 complementou que os grupos perceberam que não bastava definir conceitos e parâmetros para uma base territorial.
123 Não existe base científica para essas definições, mas indicações feitas pelo PNUMA – Programa das Nações
124 Unidas para o Meio Ambiente (UNEP - *United Nations Environment Program*), as quais são gerais. Inclusive, o
125 PNUMA afirma que nem sempre a experiência de um país pode ser inserida na necessidade de outro. Por
126 exemplo: existem conceitos de zona crítica, zona dinâmica e de influência, mas quais os parâmetros para essa

definição? Como conseguir gerar diretrizes mínimas que abranjam toda uma diversidade territorial nas bacias? É preciso esgotar o debate do conceitual para sintetizar o que se quer. Não dá para pegar um modelo pronto de outro país, e que deu certo, e “colar” sobre o Brasil. A idéia é fazer um estudo de caso e verificar a necessidade de cinquenta ou apenas 3 parâmetros. Então, o grupo “Base Territorial” decidiu desenvolver uma proposta de forma mais criteriosa, em separado à proposta do GT “Planos de Recursos Hídricos”. Portanto, a CTCOST deveria encaminhar a plenário duas propostas, em tempos diferentes, sendo que a primeira, do GT “Planos de Recursos Hídricos”, indicaria que a base territorial de ação integrada seria definida em Resolução específica. Segundo o Sr. Zamboni, um Termo de Referência estava sendo preparado pelo Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho (GERCOM) da Secretaria de Qualidade Ambiental (SQA/MMA) para a formalização dos trabalhos do professor Gilberto. Um projeto (Programa de Gerenciamento Integrado) deveria ser desenvolvido. Nesse momento, as recomendações do 1º Encontro Nacional Temático “Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas e da Zona Costeira”, ocorrido de 1º a 4 de agosto de 2005, em Itajaí/SC, foram lembradas. Membros da CTCOST externaram a necessidade de apresentações, na Câmara, sobre a possibilidade de inserir “águas subterrâneas” no processo e sobre o funcionamento da hidrodinâmica nas áreas de estudo. A Sra. Andréa Carestiatto comentou que, mesmo com a decisão de haver duas Resoluções, já no momento em que a primeira Resolução for aprovada (diretrizes gerais para planos de recursos hídricos), haveria dificuldade de absorção. Tem certeza que essa foi uma boa decisão, pois quando a base territorial for definida, haverá maior aceitação e efetividade. O Sr. Zamboni sugeriu pequenos *workshops* regionais para diminuir esse impacto, à medida em que as discussões da base territorial fossem avançando – uma forma de incorporar o tema na ponta. Em apresentação específica, o Sr. Gilberto Barroso acrescentou que, durante esses encontros, poderia ser apresentada uma situação prática e onde se inserem as dificuldades. Envolveriam representantes de comitês de bacia e do gerenciamento costeiro. Abordou o que acredita ser importante para o projeto de um Programa de Gerenciamento Integrado, o que considera itens básicos para um desenho de uma estrutura de integração: 1- análise técnica, fisiográfica, sócio-econômica, política e de planos de bacia e zona costeira (caracterização da área – continental e aquática); 2- desenvolvimento de banco de dados e plataforma comum para manejo da informação; 3- identificação dos principais temas, dos usos prioritários, dos recursos, usuários e instituições; 4- definição de prioridades; 5- definição espacial da área para a estratégia de integração: limites municipais, gestão de recursos hídricos e ambientes estuarino e marinho. Exemplificou: zona crítica, dinâmica, e de influência de possível bacia para um primeiro estudo de caso; 6- planejamento: definição de estratégias e ações de gestão; 7- implementação do Programa de Gerenciamento Integrado: aceitação do plano pelos agentes sociais, políticas e planos formalmente endossados pelas autoridades; aplicação de medidas reguladoras; e desenvolvimento do zoneamento ecológico-econômico; 8- programa de avaliação da metodologia, entre eles: definição de indicadores de benefícios/resultados sócio-ambientais e institucionais do Programa de Gerenciamento integrado; documentação dos resultados; adequação/adaptação do programa em relação às demandas/tendências; e novos temas identificados na avaliação (apresentação anexa). Para ilustrar os novos caminhos decididos pelos grupos de trabalho, o Sr. Luciano disponibilizou três fluxogramas: 1- desenho do que se pensava para a 1ª versão da proposta de Resolução; 2- novo desenho para a trajetória da Resolução sobre a integração de procedimentos; e 3- novo desenho para a trajetória da Resolução sobre a base territorial (apresentação anexa). O Sr. Marco Antonio Caminha ofereceu o sistema de vídeo conferência da Confederação Nacional da Indústria para ajudar no processo. Foi dado intervalo para almoço entre 12h30 e 14h35. Item 5 – Apresentação sobre o processo de construção dos Planos Diretores Municipais - Ministério das Cidades: A Sra. Yeda Barbosa, da Secretaria Nacional de Programas Urbanos, abordou: modelo territorial desigual e fragmentado; principais metrópoles e população estimada; o Estatuto da Cidade; Plano Diretor Participativo; o planejamento e gestão territorial baseado no manejo e da valorização imobiliária; financiamento do desenvolvimento urbano; a escala regional – como tratar os problemas comuns; as escalas de intervenção; desafios do programa e da ação; recursos federais para elaboração e revisão de planos diretores (ministérios das Cidades, do Turismo, da Cultura, do Meio Ambiente, da Fazenda, da Ciência e Tecnologia, e da Integração Nacional); campanha nacional do Plano Diretor; resultados da campanha; quadro atual da elaboração de planos diretores; e investimentos do Governo Federal em Planos Diretores 2003-2005 (apresentação anexa). Item 6 – Encaminhamentos dos trabalhos: Para a próxima reunião da Câmara, além do relato e debate dos produtos dos grupos de trabalho, deveria haver a apresentação “Situação do saneamento básico em regiões metropolitanas da zona costeira brasileira”, por representante do Ministério das Cidades. A data e local da 7ª reunião ainda seriam definidos. Havia a possibilidade de acontecer durante a programação do Encogerco – Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro, em Florianópolis/SC, de 27 a 29 de novembro, dependendo de análise favorável, por parte da Secretaria de Recursos Hídricos/MMA, de orçamento para custeio de passagens e diárias da relatora e do representante da SRH. A outra alternativa seria Brasília, em 5 de dezembro. Todos concordaram com as sugestões. A Sra. Rosa concluiu que mesmo não acontecendo a reunião no Encogerco, todos receberiam ofício convite, pois já estava confirmada uma apresentação sobre a CTCOST e programada uma reunião com as equipes responsáveis pelo gerenciamento costeiro e pelos comitês de bacias hidrográficas litorâneas dos estados Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com o intuito de apresentar-lhes os trabalhos da Câmara Técnica e de conhecer a experiência de gestão e possibilidades de integração na região Sul. Não seria uma reunião formal da Câmara, mas a presença de todos bem-vinda e importante. Quanto aos GTs, caso a próxima reunião acontecesse em Brasília, esses deveriam ocorrer em 4 de dezembro, com possibilidade de mais de um encontro em datas anteriores. A 8ª reunião da CTCOST seria em fevereiro de 2007. Item 7 –

190 [Encerramento](#): Nesse momento, uma vez abordados todos os itens de pauta, a Sra. Rosa Mancini lembrou a todos
191 de encaminharem suas contribuições ao quadro comparativo das duas políticas (recursos hídricos e gerenciamento
192 costeiro). Enfatizou que, até aquele momento, apenas havia recebido os dados do RS, SC, PR, PB, RN e ES. Às
193 16h40 do dia 31 de outubro, agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos desta 6ª reunião da CTCOST.

194
195 Ata aprovada na 7ª reunião da CTCOST, em 5 de dezembro de 2006.

196
197
198 **Rosa Maria de Oliveira Machado Mancini**
199 Presidente da CTCOST
200

201
202
203 **Rachel Landgraf de Siqueira**
204 Relatora da CTCOST
205